

DIGITAL

CLASSISTA



Jornal Diário Online da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

[/Portalctb.org.br](https://portalctb.org.br) [@PortalCTB](https://twitter.com/PortalCTB) [@PortalCTB](https://www.instagram.com/PortalCTB)

SEM ANISTIA, PRISÃO PARA OS GOLPISTAS

CTB participa de atos em todo país

Foto Divulgação



NESTA terça-feira (10), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) participou de atos em todo o país, organizada pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com o lema "Sem Anistia, prisão para os golpistas". Este movimento busca unir diversas pautas democráticas e trabalhistas em um momento crítico, onde revelam o envolvimento de líderes políticos e militares em uma tentativa de golpe que culminou nos ataques de 8 de janeiro. Os protestos ocorreram em mais de 40 cidades, incluindo um

grande ato na Avenida Paulista, em São Paulo. Os manifestantes exigiram a prisão dos golpistas, referindo-se a Jair Bolsonaro e outros indiciados pela Polícia Federal, acusados de tentativa de desestabilização do governo atual. Durante os atos, os líderes sindicais e participantes enfatizaram a importância da defesa da democracia e dos direitos trabalhistas.

Confira como foram os atos!
<https://abrir.link/DMAeB>

RenE Vicente, presidente da CTB-SP, destacou a solidariedade ao povo palestino e aos jovens das periferias, que enfrentam a violência policial. Ele reafirmou a necessidade de não conceder anistia aos golpistas e pediu uma redução da jornada de trabalho, criticando uma jornada 6x1 que considera uma forma de exploração moderna. Flauzino Antunes, presidente do CTB-DF, ressaltou a importância de não repetir erros do passado ao não punir os golpistas. Ele defendeu a revogação das reformas trabalhistas

e da previdência, além de um aumento no valor do salário mínimo e melhorias nas condições dos servidores públicos. Antunes também clamou por uma política econômica que beneficie o povo ao invés dos banqueiros. Alex Saratt, secretário de comunicação do CTB-RS, enfatizou que as lutas atuais são fundamentais para garantir uma democracia efetiva. Ele criticou o financiamento internacional que apoia movimentos fascistas e pediu justiça social através da tributação das grandes fortunas e pela redução das taxas de juros.

NOVA CARTILHA DO MPT SOBRE ASSÉDIO SEXUAL



Foto Divulgação

O documento pode ser conferido **AQUI** (<https://mpt.mp.br/pgt/noticias/assedio-sexual-trabalho-perguntas-respostas-web.pdf>).

A nova versão da cartilha atualiza o conteúdo presente na primeira edição, lançada em 2017, para incluir inovações e conceitos presentes na Convenção nº 190 e na Recomendação nº 206, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), normas internacionais que fornecem estrutura comum para prevenir, remediar e eliminar a

violência e o assédio no mundo do trabalho. A publicação também traz a evolução das legislações que criminalizaram algumas condutas, a exemplo do bullying (lei 14.811/2024), e a instituição do "Protocolo Não é Não para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima" (lei 14.786/2023).

O povo quer a isenção de IR até R\$ 5 mil

A proposta do governo federal para corrigir as injustiças tributárias, de isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil, é apoiada por 75% da população. É o que mostra pesquisa divulgada pelo instituto Genial/Quaest.

O plano para combater a desigualdade fiscal furou a bolha. Além dos eleitores do presidente Lula (75%) nas eleições de 2022, os brasileiros que votaram no ex-presidente Jair Bolsonaro (77%) também aprovam a iniciativa.

A medida, sem dúvida, vai proporcionar alívio financeiro para milhões de brasileiros. Hoje são isentos somente os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos (R\$ 2.640,00). Embora o projeto ainda precise ser aprovado pelo Congresso Nacional, a expectativa de grande parte da população é pela aprovação.

O sistema tributário brasileiro é injusto e uma reforma capaz de corrigir o desequilíbrio, já que a carga mais pesada recai

Precarização ainda afeta brasileiros

Foto Divulgação



Mesmo com a melhora do mercado de trabalho, criação de emprego e valorização do salário mínimo, o processo de precarização, resultado da reforma trabalhista, continua a afetar as condições de trabalho e a renda dos brasileiros.

Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que, entre as pessoas ocupadas, 14,2% estão na pobreza. Ao analisar os desocupados, a proporção chegou a 14,6%.

Atualmente, o Brasil possui mais de 25 milhões de autônomos, que representam uma parcela significativa da população ocupada - de 102,5 milhões. Entre os informais, 45% conseguem prever a renda para o próximo semestre, o percentual chega a 67,5% entre aqueles com carteira assinada.

Importante lembrar que é considerado processo de precarização do trabalho a alta de números de micro-empresendedores, na "pejotização" e de trabalhadoras de plataformas - como motoristas de aplicativos e entregadores - que não oferecem direitos básicos.



Foto Divulgação

sobre as classes média e baixa, é defendida pelo movimento sindical há muitos anos. Uma forma de avançar na luta por justiça social e bem-estar do povo.